

PROJETO DE CURSO

Informações da Escola da Magistratura

Nome: Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão

Diretor da Escola: Desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Mandato da diretora: 2024 a 2025

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Natureza: Curso de formação.

Título: Formação Introdutória para Serviços Penais.

Público-alvo: Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Modalidade: presencial.

Carga horária: 42h.

Número de vagas: 70.

Período de inscrição: a definir.

Período de realização: 02/09/2024 a 30/09/2024.

Local: São Luís/MA.

JUSTIFICATIVA

O sistema prisional do Brasil tem sido historicamente marcado por graves problemas estruturais, exacerbados por responsabilidades difusas e pela falta de iniciativas articuladas nacionalmente baseadas em evidências e boas práticas. Em resposta a esse cenário e ao reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Penitenciário, julgado em 2015 pelo STF na ADPF 347, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, desde 2018, passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Tal programa tem atuação no âmbito do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo – DMF do CNJ, e possui 5 (cinco) eixos temáticos, cada um destes com atuação específica dentro do objetivo estabelecido em parceria com diversas instituições e com o propósito de melhorar a prestação jurisdicional, os serviços penais e reduzir a superpopulação carcerária.

Mais recentemente, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ instituiu Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos, à elaboração de propostas e ao apoio ao Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), com vistas a promover a qualificação da política de alternativas penais para a redução do encarceramento de pessoas no Brasil, conforme prevê a Resolução CNJ n.º 288 de 2019. O GT se organiza como um espaço que busca qualificar as alternativas penais no Brasil e dentre as entregas já efetivadas, previstas no seu Plano de Trabalho, destaca-se o Projeto Pedagógico para processos de formação inicial e continuada de profissionais com atuação nos serviços penais.

No âmbito estadual, o Tribunal de Justiça acompanhou a movimentação do CNJ e criou a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (UMF/TJMA), por meio da Lei n.º 9551, de 04 de janeiro de 2012.

A UMF surgiu como um feixe de luz em atenção à situação do sistema prisional do Estado, pois dentre suas atribuições se destacam a de monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal, bem como das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, no que diz respeito aos serviços penais de justiça criminal, como também a de realizar projetos, programas e ações direcionadas à melhoria do sistema carcerário e contribuir para a construção de políticas públicas no âmbito do Sistema Criminal e Penitenciário. Desde sua criação, a UMF tem trabalhado incessantemente para garantir os direitos das pessoas presas, conforme prevê o ordenamento legal.

Neste sentido, o presente projeto se insere em um contexto em que fica evidenciada a necessidade de se garantir a formação inicial e continuada dos magistrados e servidores que atuam nos serviços penais, garantindo uma prestação de serviço de qualidade, sobretudo quando vivenciamos no Brasil um contexto de ampliação da oferta desses instrumentos.

O Projeto possui um módulo obrigatório, o qual apresenta um estado do sistema punitivo brasileiro e seus principais desafios, sobretudo aqueles voltados à redução e ao controle da população carcerária. Este módulo aborda, sob uma perspectiva teórica, normativa e empírica, os aspectos introdutórios e mais relevantes sobre os serviços penais e institutos diretamente relacionados à racionalização da porta de entrada do sistema punitivo, tal como as audiências de custódia.

Além do módulo obrigatório, que realiza uma análise horizontal sobre todas essas temáticas, haverá também um módulo denominado optativo (nos moldes do projeto do CNJ), que se debruçará de modo vertical e aprofundado sobre o tema das alternativas penais, como os tipos, as possibilidades de aplicação, as abordagens e as perspectivas condizentes com uma sociedade na qual predomine a resolução de conflitos por meios restaurativos em prol de uma cultura de paz, tendo a prisão como medida absolutamente excepcional.

A criação deste curso de formação introdutória sobre serviços penais é uma medida estratégica essencial para melhorar a qualidade e a eficácia do sistema penal. Ao proporcionar uma base sólida de conhecimento e atualização contínua, o curso contribuirá para a formação de profissionais mais capacitados e éticos, promovendo uma administração da justiça mais justa e eficiente. Esse investimento reflete o compromisso com a melhoria contínua do sistema penal e a promoção dos direitos dos cidadãos.

Adicionalmente, é fundamental garantir que os profissionais dos serviços penais continuem a participar de processos formativos de atualização e trocas de experiências, uma vez que somente assim é possível a construção qualificada, capaz de responder aos desafios que a atuação neste campo demanda.

OBJETIVO GERAL

O presente projeto básico de curso de formação inicial possui o intuito de promover a qualificação e conscientização dos magistrados que atuam no sistema de justiça criminal, para que desenvolvam a prática de metodologias e técnicas que assegurem a gradativa diminuição do encarceramento no Maranhão, com ênfase na promoção de uma articulação qualificada entre os diversos serviços penais e o Poder Judiciário, com vistas ao devido encaminhamento para a rede de proteção social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Unidade 1: Proteção Social e Intersetorialidade

Objetivo 1.1: Examinar a Proteção Social nos Serviços Penais

- Analisar o papel da proteção social e da intersetorialidade nos serviços penais, identificando os principais marcadores de vulnerabilidade e a importância da integração de serviços.
- Discutir estratégias para promover a equidade e a inclusão social dentro do sistema penal e sua relação com as políticas públicas.

Objetivo 1.2: Promover a Equidade Racial

- Explorar as práticas e políticas destinadas à promoção da equidade racial nos serviços penais.
- Identificar e discutir os desafios e oportunidades para a inclusão e a justiça racial no contexto penal.

Unidade 2: Medidas Cautelares Diversas da Prisão

Objetivo 2.1: Compreender Medidas Cautelares Diversas da Prisão

- Identificar e detalhar as medidas cautelares não prisionais, com ênfase na legislação brasileira e nos princípios que as regem.

- Analisar a aplicação e os desafios das medidas cautelares no contexto judicial e seu impacto na gestão de casos penais.

Objetivo 2.2: Aplicar Monitoração Eletrônica

- Descrever os parâmetros para a aplicação da monitoração eletrônica de pessoas conforme a Resolução CNJ nº 412/2021.
- Explorar as práticas e procedimentos para a implementação e monitoramento eficaz da monitoração eletrônica, incluindo desafios e soluções práticas.

Unidade 3: Audiências de Custódia no Brasil

Objetivo 3.1: Entender o funcionamento das Audiências de Custódia

- Descrever o processo e os procedimentos das audiências de custódia no Brasil, incluindo seus objetivos e benefícios.
- Analisar a interface das audiências de custódia com os serviços penais e a rede de proteção social, destacando a importância da proteção dos direitos dos detidos.

Unidade 4: O Sistema Prisional no Brasil e as Alternativas Penais

Objetivo 4.1: Analisar Criticamente o Sistema Prisional

- Desenvolver uma compreensão aprofundada das características e desafios do sistema prisional no Brasil e em outros países, com ênfase nas perspectivas da criminologia crítica.
- Discutir as implicações das práticas prisionais para a sociedade e para os indivíduos, promovendo uma reflexão crítica sobre suas causas e consequências.

Objetivo 4.2: Introduzir Alternativas Penais e Justiça Restaurativa

- Explicar os conceitos de alternativas penais e justiça restaurativa, suas origens e a aplicação prática no contexto criminal.
- Explorar casos e exemplos de implementação bem-sucedida de alternativas penais e práticas restaurativas em diferentes jurisdições.

Unidade 5: Gestão da Lotação Prisional

Objetivo 5.1: Aplicar Parâmetros para a Regulação de Vagas Prisionais

- Examinar a metodologia do Conselho Nacional de Justiça para a regulação de vagas prisionais e sua aplicação prática na gestão da lotação.
- Desenvolver habilidades para implementar e monitorar a gestão de lotação prisional de maneira eficaz, incluindo estratégias para evitar a superlotação e otimizar o uso dos recursos disponíveis.

EMENTA

I. MÓDULO INTRODUTÓRIO OBRIGATÓRIO – 42H

UNIDADE 1 - 9H - Proteção Social e Intersetorialidade

1. Proteção social nos Serviços Penais, redes e participação social (marcadores de vulnerabilidade)

1.1. Promoção à Equidade Racial nos Serviços Penais. (4h)

COMPONENTES CURRICULARES:

- Raça e racismo institucional;
- A noção de Racial profiling and labeling approach e os reflexos no sistema de justiça criminal;
- A promoção à Igualdade Racial nos serviços penais;
- A produção de dados sobre o quesito raça, cor e etnia na elaboração de ações concretas de mitigação do racismo institucional.

1.2. Proteção Social e intersectorialidade nos serviços penais. (5h)

COMPONENTES CURRICULARES

- Rede SUAS - Sistema Único de Assistência Social: Lei nº 8.742/93 - LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;
- Rede SUS - Sistema Único de Saúde: Lei nº 8080/1990;
- A previdência social: Breve histórico.
- Diferença entre os serviços penais;
- Resolução CNJ nº 287/2019 (população indígena);
- Manual de procedimentos relativos a pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade;
- Resolução CNJ nº 348/2020 (Proteção à população LGBTQI+);
- Manual de orientações para implementação da resolução 348/2020;
- Resolução CNJ nº 369/2021 (Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência);
- Manual da Resolução CNJ nº 369/2021;
- Resolução CNJ nº 405/2021 (migrantes);
- Resolução CNJ nº 425/2021 (população em situação de rua);
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (2020).

UNIDADE 2 - 14H - Medidas Cautelares Diversas da Prisão

2. Medidas Cautelares Diversas da Prisão.

2.1. Cautelares não prisionais. (7H)

TEMA: As medidas cautelares diversas da prisão no Brasil.

COMPONENTES CURRICULARES:

- Breve histórico das medidas cautelares no Brasil;
- A Lei 12.403/2011 (Lei das Medidas Cautelares) e as medidas previstas no Artigo 319 do CPP;

- A Resolução CNJ nº 288/2016;
- A integração entre o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada e as Centrais Integradas de Alternativas Penais – CIAPs;
- O acesso a direitos e as medidas cautelares;
- As metodologias de acompanhamento.

2.2. Monitoração Eletrônica de pessoas (Medidas Cautelares Diversas da Prisão). (7H)

TEMA: Os parâmetros para aplicação e acompanhamento da monitoração eletrônica de pessoas à luz da Resolução CNJ nº 412/2021.

COMPONENTES CURRICULARES:

- Histórico da monitoração eletrônica no Brasil e no mundo;
- Princípios, modalidades e bases administrativas e legais;
- Intersetorialidade no desenvolvimento da política de monitoração eletrônica;
- Central de Monitoração Eletrônica de Pessoas;
- A racionalização da monitoração eletrônica de pessoas e a Resolução CNJ nº 412/2021

UNIDADE 3 – 7H - Audiências de Custódia no Brasil

3. Audiências de Custódia no Brasil.

TEMA: Audiências de custódia e sua interface com os serviços e a rede de proteção social.

COMPONENTES CURRICULARES:

- Audiências de custódia no Brasil como forma de racionalização da "porta de entrada" e como mecanismo de prevenção e combate à tortura;
- A Resolução CNJ nº 213/2015;
- A Resolução CNJ nº 288/2019;
- O serviço APEC Medidas cautelares diversas da prisão e as CIAPs.

UNIDADE 4 – 5H - O Sistema Prisional no Brasil e as Alternativas Penais

4. O Sistema prisional no Brasil e no mundo: perspectivas da criminologia crítica.

COMPONENTES CURRICULARES

- Reflexões críticas sobre o sistema prisional no Brasil e no mundo. CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM: Introdução aos estudos no campo do sistema prisional e da criminologia crítica no Brasil e no mundo. (03 horas)
- Introdução às Alternativas Penais e à Justiça Restaurativa no âmbito criminal. CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM: Alternativas ao Encarceramento: as múltiplas respostas da jurisdição penal. (02 horas)

UNIDADE 5 – 7H - Gestão da Lotação Prisional

5. Regulação de vagas prisionais: parâmetros para a Gestão da Lotação Prisional.

TEMA: Apresentação da metodologia do Conselho Nacional de Justiça para a regulação de vagas prisionais.

COMPONENTES CURRICULARES:

- Princípios para gestão de vagas penais pelo Poder Judiciário (numerus clausus, ADPF 347 e estado de coisas inconstitucional);
- Correlação entre a política criminal, política judiciária e política penal com foco na gestão pública;
- Conceitos de vaga penal e superlotação;
- Ferramentas para gestão de vagas penais;
- Pontos-chave para a tomada de decisão e implementação prática de uma política de controle da superlotação;
- Governança centralizada e descentralizada das vagas penais no contexto de superlotação carcerária;
- Articulação com outras políticas não privativas de liberdade.

ESTRUTURA DO CURSO

FORMAÇÃO INTRODUTÓRIA PARA SERVIÇOS PENAIS

DATA: 06 de Setembro a 11 de Outubro de 2024.

CH total: 42h.

DATA/ Carga horária	CURSO	FORMADORES	PÚBLICO	LOCAL - MODALIDADE
02/09/2024 CH: 4h	MÓDULO OBRIGATÓRIO: UNIDADE 1 - AULA INAUGURAL 1. Proteção social nos Serviços Penais, redes e participação social (marcadores de vulnerabilidade) 1.1. Promoção à Equidade Racial nos Serviços Penais. COMPONENTES CURRICULARES: a) Raça e racismo institucional; b) A noção de Racial profiling and labeling approach e os reflexos no sistema de justiça criminal; c) A promoção à Igualdade Racial nos serviços penais; d) A produção de dados sobre o quesito raça, cor e etnia na elaboração de ações concretas de mitigação do racismo institucional. <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Manual de proteção social na audiência de custódia: Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.].	Deise Benedito Contato: (61) 99812-7498 E-mail: deisebenedito45@yahoo.com.br	Magistrados/as	Auditório da AMMA

	Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_protecao_social-web.pdf Brasil. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Manual Resolução no 369/2021 [recurso eletrônico] : substituição da privação de liberdade de gestantes, mães pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-resolucao-369.pdf			
06/09/2024 CH: 7h	MÓDULO OBRIGATÓRIO: UNIDADE 2: 2. Medidas Cautelares Diversas da Prisão. 2.1. Cautelares não prisionais. TEMA: As medidas cautelares diversas da prisão no Brasil. COMPONENTES CURRICULARES: a) Breve histórico das medidas cautelares no Brasil; b) A Lei 12.403/2011 (Lei das Medidas Cautelares) e as medidas previstas no Artigo 319 do CPP; c) A Resolução CNJ n° 288/2016;	Paulo Augusto de Oliveira Irion Telefone: (51) 99905-4210 Email: augirion@gmail.com	Magistrados/a	Auditório da AMMA

	d) A integração entre o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada e as Centrais Integradas de Alternativas Penais – CIAPs; e) O acesso a direitos e as medidas cautelares; f) As metodologias de acompanhamento. <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Guia de formação em alternativas penais III [recurso eletrônico]: Medidas cautelares diversas da prisão / Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/guia-de-formacao-em-alternativas-penais-III-medidas-cautelares-diversas-da-prisao_eletronico.pdf BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf			
09/09/2024 CH: 7h	MÓDULO OBRIGATÓRIO: UNIDADE 3: 3. Audiências de Custódia no Brasil. TEMA: Audiências de custódia e sua interface com os serviços e a rede de proteção social.	Marcelo Pimentel de Oliveira Contato: (61) 99295-5474 Email: marcelo.pimentel@ricardolewandowski.adv.br	Magistrados/as	Auditório da AMMA Palestra no Auditório

	COMPONENTES CURRICULARES: a) Audiências de custódia no Brasil como forma de racionalização da "porta de entrada" e como mecanismo de prevenção e combate à tortura; b) A Resolução CNJ nº 213/2015; c) A Resolução CNJ nº 288/2019; d) O serviço APEC Medidas cautelares diversas da prisão e as CIAPs. <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Manual de proteção social na audiência de custódia : Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ...[et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_protecao_social-web.pdf PRADO, Alessandra; ROMÃO, Vinicius. Audiências de custódia no Brasil: a prática em debate. Salvador: Editora UFBA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35784 SANTOS, Claudio Camargo dos. Audiência de Custódia: ressignificando vidas sob as lentes da Justiça Restaurativa. Curitiba: Troth Editora, 2022.	Ricardo Lewandowski Contato:(61) 99295-5474 Email: marcelo.pimentel@ricardolewandowski.adv.br		Madalena Serejo (Fórum Des. Sarney Costa)
--	--	--	--	--

10/09/2024 CH: 7h	MÓDULO OBRIGATÓRIO - CONTINUAÇÃO UNIDADE 2: 2. Medidas Cautelares Diversas da Prisão. 2.2. Monitoração Eletrônica de pessoas (Medidas Cautelares Diversas da Prisão). TEMA: Os parâmetros para aplicação e acompanhamento da monitoração eletrônica de pessoas à luz da Resolução CNJ n.º 412/2021. COMPONENTES CURRICULARES: a) Histórico da monitoração eletrônica no Brasil e no mundo; b) Princípios, modalidades e bases administrativas e legais; c) Intersetorialidade no desenvolvimento da política de monitoração eletrônica; d) Central de Monitoração Eletrônica de Pessoas; e) A racionalização da monitoração eletrônica de pessoas e a Resolução CNJ nº 412/2021 <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico]: Informativo para a rede de políticas de proteção social / Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Monitora%C3%A7%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica-de-Pessoas-Informativo-para-Rede-de-Pol%C3%ADticas-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Social_eletronico.pdf BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Modelo de gestão para monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Programa	André de Albuquerque Garcia Contato: (27) 98880 4727 Email: aag.garcia1@gmail.com	Magistrados/as	Auditório da AMMA
---------------------------------	--	--	-----------------------	--------------------------

	das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Modelo_Monitoracao_miolo_FINAL_eletronico.pdf BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n. 5, de 10 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de implantação de Monitoração Eletrônica e dá outras providências, Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2017. Link de acesso: https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpccp/resolucoes/2017/resolucao-no-5-de-10-de-novembro-de-2017.pdf/view SILVA NETO, Arthur Corrêa da. Tornozeleira Eletrônica: análise comparada (Brasil x EUA x Portugal) dos parâmetros e limites constitucionais da utilização da monitoração eletrônica. Curitiba: Juruá Editorial, 2021.			
16/09/2024 CH: 5h	MÓDULO INTRODUTÓRIO OBRIGATÓRIO - UNIDADE 4 4. O Sistema prisional no Brasil e no mundo: perspectivas da criminologia crítica. COMPONENTES CURRICULARES a) Reflexões críticas sobre o sistema prisional no Brasil e no mundo. CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM: Introdução aos estudos no campo do sistema prisional e da criminologia crítica no Brasil e no mundo. (03 horas) b) Introdução às Alternativas Penais e à Justiça Restaurativa no âmbito criminal. CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM: Alternativas ao Encarceramento: as múltiplas respostas da jurisdição penal. (02 horas) <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u>	Bruno César Gonçalves da Silva Contato: (31) 99107-6955 Email: bruno@brunocesaradvocacia.com.br	Magistrados/a	Auditório da AMMA

	BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011, 2 edição, julho de 2012, 2 reimpressão, 2015. BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6 edição, outubro de 2011, 2 reimpressão, agosto de 2014. GIAMBERARDINO, André. Crítica da Pena e Justiça Restaurativa: a censura para além da punição. 1 ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015. DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. A Política Criminal na Encruzilhada. Tradução de André Luís Callegari. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. MORRISON, Wayne. Criminología, Civilización y Nuevo Orden Mundial (título original: Criminology, Civilisation and the New World Order, trad. Alejandro Piombo). Barcelona: Anthropos Editorial; Barcelona: Observatori del Sistema Penal i els Drets Humans – Universitat de Barcelona, 2012 (Coleção Autores, Textos y Tems Ciencias Sociales, no 83). RIOS, Raphaella Benetti da Cunha. O juiz e a execução penal: reflexões de uma magistrada. Curitiba: Bonijuris, 2019.			
--	---	--	--	--

23/09/2024 CH: 7h	MÓDULO OBRIGATÓRIO: UNIDADE 5 5. Regulação de vagas prisionais: parâmetros para a Gestão da Lotação Prisional. Tema: Apresentação da metodologia do Conselho Nacional de Justiça para a regulação de vagas prisionais. COMPONENTES CURRICULARES: a) Princípios para gestão de vagas penais pelo Poder Judiciário (numerus clausus, ADPF 347 e estado de coisas inconstitucional); b) Correlação entre a política criminal, política judiciária e política penal com foco na gestão pública; c) Conceitos de vaga penal e superlotação; d) Ferramentas para gestão de vagas penais; e) Pontos-chave para a tomada de decisão e implementação prática de uma política de controle da superlotação; f) Governança centralizada e descentralizada das vagas penais no contexto de superlotação carcerária; g) Articulação com outras políticas não privativas de liberdade. <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Central de Regulação de Vagas [recurso eletrônico]: Manual para a Gestão da Lotação Prisional / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/manual-central-de-regulacao-de-vagas.pdf	Dr. Douglas de Melo Martins - Juiz TJMA, Coordenador do Sistema Carcerário - UMF; presidente do CNPCP. Contato: (98) 9196-9798 E-mail: douglasmelo@tjma.jus.br Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Coordenador Executivo da UMF Contato: (98) 8800-4322 E-mail: mafmoyses@tjma.jus.br	Magistrados/a	Auditório da AMMA
---	---	---	----------------------	--------------------------

30/09/2023 CH: 5h	MÓDULO OBRIGATÓRIO - CONTINUAÇÃO UNIDADE 1: 1. Proteção social nos Serviços Penais, redes e participação social (marcadores de vulnerabilidade) 1.2. Proteção Social e intersectorialidade nos serviços penais. COMPONENTES CURRICULARES a) Rede SUAS - Sistema Único de Assistência Social: Lei nº 8.742/93 - LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social; b) Rede SUS - Sistema Único de Saúde: Lei nº 8080/1990; c) A previdência social: Breve histórico. d) Diferença entre os serviços penais; e) Resolução CNJ nº 287/2019 (população indígena); f) Manual de procedimentos relativos a pessoas indígenas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade; g) Resolução CNJ nº 348/2020 (Proteção à população LGBTQI+); h) Manual de orientações para implementação da resolução 348/2020; i) Resolução CNJ nº 369/2021 (Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência); j) Manual da Resolução CNJ nº 369/2021; k) Resolução CNJ nº 405/2021 (migrantes); l) Resolução CNJ nº 425/2021 (população em situação de rua); m) Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (2020). <u>MATERIAL DE REFERÊNCIA MÍNIMO:</u> Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Manual de proteção social na audiência de custódia: Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada / Conselho Nacional de	Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni Contato: (11) 99940-5049 E-mail: lzanoni@trf3.jus.br	Magistrados/as	Auditório da AMMA
---	--	--	-----------------------	--------------------------

	Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_protecao_social-web.pdf Brasil. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Manual Resolução no 369/2021 [recurso eletrônico] : substituição da privação de liberdade de gestantes, mães pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-resolucao-369.pdf			
--	---	--	--	--

FORMADORES / SÍNTESE CURRICULAR

1. André de Albuquerque Garcia

Graduado em Direito (FDR-UFPE). Especialista em Direito Processual Civil (FDR-UFPE). Mestre em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Integra o Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Jurisdição Constitucional (CNPq/FDV). Foi Professor de Direito Constitucional e de Direito Processual Constitucional da Universidade Salgado de Oliveira e da Faculdade Marista do Recife. Secretário executivo de Defesa Social de Pernambuco(2006). Secretário de Estado de Ações Estratégicas do ES (2011-2012). Secretário de Estado da Justiça do ES (2012-2013). Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (2010 e 2013-2018). Secretário de Estado da Justiça (2023-) Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Procurador do Estado de Pernambuco desde 1998.

2. Bruno César Gonçalves da Silva

Possui graduação e Mestrado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001 e 2005). Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais - COPEN-MG (2015/2017). Professor de Direito Processual Penal. Advogado Criminalista sócio-proprietário do Escritório Bruno César Gonçalves da Silva Sociedade de Advogados. Atualmente é Conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direito penal, direito penal econômico, direito penal ambiental e direito penitenciário.

3. Deise Benedito

Mestre em Direito e Criminologia pela Universidade de Brasília (2019). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Assunção(2005). Atualmente, trabalha na assessoria da Câmara dos Deputados em temas relacionados direitos humanos, relações etno-raciais, tortura e violência institucional. Foi perita do Mecanismo Nacional de Prevenção Combate à Tortura (MNPCT) decorrente do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura (OPCAT/ONU), Diretora de Defesa e Assessora Especial do Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ingressou no movimento social na década dos anos 80, foi fundadora do Coletivo de Mulheres Negras, GELEDES - Instituto da Mulher Negra e da Fala Preta Organização de Mulheres Negra, tendo participado da Eco 92- Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena 1993 e integrante da Comissão de Organização da Sociedade Civil, nas Conferências Preparatórias à Conferência Mundial Contra o Racismo Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em 2001 na África do Sul e Membro da Comissão de Organizadora das Conferências Nacionais de Direitos

Humanos 1995 a 2008. Atua como Palestrante e Conferencista em Conferencias Nacionais e Internacionais Contra o Racismo, Sistema Penitenciário e Prevenção e Combate a Tortura. Mulheres Negras e Relações Raciais e Juventude Negra. Tem experiência nas áreas de Direito e Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: formação e capacitação da sociedade civil e para gestores públicos nas áreas de Direitos Humanos, Gênero e Raça; Política Criminal e Penitenciária; Prevenção e Combate a Tortura.

4. Douglas de Melo Martins

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), Estudos Avançados em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas - Universidad de Zaragoza (2008) e doutorado em SOCIOLOGÍA JURÍDICA E INSTITUCIONES POLÍTICAS - UNIVERSIDADE DE ZARAGOZA (2016. Revalidação pela UnB em 2020). Atualmente é Juiz de Direito da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, Coordenador de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário da UMF/TJMA, Membro do Comitê Gestor do PopRuaJud/CNJ e professor da Escola da Magistratura do Maranhão/ESMAM, na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM e na Faculdade do Baixo Parnaíba / FAP.

5. Enrique Ricardo Lewandowski

Atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil - MJSP. Professor Titular e Livre-Docente, aposentado, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP e Ministro, aposentado, do Supremo Tribunal Federal - STF e do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Possui graduação em Ciências Políticas e Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1971), graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1973), mestrado em Relações Internacionais - Tufts University/Harvard (1981), mestrado e doutorado em Direito pela USP (1980/1981). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interpretação constitucional, separação de poderes, reforma do judiciário, Mercosul, soberania e democracia.

6. Luciana Ortiz Tavares Costa Zandoni

Juíza Federal desde 1999. Doutoranda em Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de SP. Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica ? PUC/SP. Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo ? Fundação Getúlio Vargas - FGV. Foi Diretora do Foro e Vice-diretora do Foro da Justiça Federal de São Paulo. Cocriadora do Programa de Gestão e Inovação (iNovaJusp) e do 1o Laboratório de Inovação do Poder Judiciário (iJuspLab) da Justiça Federal de São Paulo. Foi Presidente do Juizado Especial Federal de São Paulo. Foi Diretora da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) e de São Paulo e Mato Grosso do Sul (AJUFESP). Compôs Grupo de Trabalho do LIODS CNJ (Laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do CNJ). Atualmente, compõe o Comitê Nacional Pop Rua Jud do Conselho Nacional de Justiça; compõe o GAPEX (Grupo de Trabalho de Atenção a Pessoas em Situação de Extrema Vulnerabilidade dos JEFs e TRs do TRF3; Coordenadora Adjunta da Turma Recursal de São Paulo; compõe a Turma Nacional de Uniformização; Coordenadora técnica do eixo Acesso à Justiça do Observatório Brasileiro de Políticas públicas com a População em Situação - POLOS - UFMG.

7. Marcelo Pimentel de Oliveira

Mestrando em Direito e Políticas Públicas no Centro de Ensino Unificado de Brasília - UNICEUB. Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Anhanguera (2014) e em Direito pelo Centro Universitário ICESP (2020). Atualmente é assessor especial do Ministro Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ocupou no âmbito do STF os cargos de assessor especial da Presidência, assessor de Ministro e secretário da Segunda Turma.

8. Miguel Antonio Figueiredo Moyses

Graduado em Ciências Econômicas (2000) - UFMA; e Direito (2006) pela Universidade Ceuma. Aprovado no Exame de Ordem – OAB/MA (2007). Pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (2009) pela Universidade Gama Filho; Direito Ambiental (2016) pela Universidade Estácio de Sá; e em Direito Tributário (2023) pela Universidade PUC/Minas. Curso de Formação de Formadores - FOFO1 pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM (2024). Técnico Judiciário TJMA - 2006 - Concurso Público. Secretário Judicial e Assessor Jurídico na 1ª Vara da Comarca de Pedreiras-MA (2007 a 2009). Assessor Jurídico na Vara de Execuções Penais na Ilha de São Luís (2009 a 2013). Diretor de Secretaria em Mutirões Carcerários nos Estados de Alagoas, Bahia, Pará, e na Cidade de Guarulhos-SP. Assessor e Secretário Judicial na Vara de Interesses Difusos na Ilha de São Luís (2014 a 2022). Coordenador Executivo na Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e

Socioeducativo do TJMA - UMF (2022 até os dias atuais). Laboratorista no Laboratório de Inovação do TJMA - TOADALAB (2020 até os dias atuais). Formador no contexto da magistratura, segundo as Diretrizes Pedagógicas da ENFAM.

9. Paulo Augusto de Oliveira Irion

Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal de Porto Alegre - TJRS. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Mestre em Direitos Fundamentais. Especialista em Ciências Criminais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6. ed., outubro de 2011, 2. reimpressão, agosto de 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011, 2. ed., julho de 2012, 2. reimpressão, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Central de Regulação de Vagas [recurso eletrônico]: Manual para a Gestão da Lotação Prisional. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Link de acesso: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/manual-central-de-regulacao-de-vagas.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Manual de proteção social na audiência de custódia: Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_protecao_social-web.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Manual Resolução no 369/2021 [recurso eletrônico]: substituição da privação de liberdade de gestantes, mães pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Link de acesso: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-resolucao-369.pdf>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Guia de formação em alternativas penais III [recurso eletrônico]: Medidas cautelares diversas da prisão. Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/guia-de-formacao-em-alternativas-penais-III-medidas-cautelares-diversas-da-prisao_eletronico.pdf

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico]. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Manual de gestão para as alternativas penais [recurso eletrônico]. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativas-penais_eletronico.pdf

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Modelo de gestão para monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico]. Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Modelo_Monitoracao_miolo_FINAL_eletronico.pdf

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Monitoração eletrônica de pessoas [recurso eletrônico]: Informativo para a rede de políticas de proteção social. Departamento Penitenciário Nacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Link de acesso: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Monitora%C3%A7%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica-de-Pessoas-Informativo-para-Rede-de-Pol%C3%ADticas-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Social_eletronico.pdf

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n. 5, de 10 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de implantação de Monitoração Eletrônica e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2017. Link de acesso: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2017/resolucao-no-5-de-10-de-novembro-de-2017.pdf/view>

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. A Política Criminal na Encruzilhada. Tradução de André Luís Callegari. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

GIAMBERARDINO, André. Crítica da Pena e Justiça Restaurativa: a censura para além da punição. 1. ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

MORRISON, Wayne. Criminología, Civilización y Nuevo Orden Mundial (título original: Criminology, Civilisation and the New World Order, trad. Alejandro Piombo). Barcelona: Anthropos Editorial; Barcelona: Observatori del Sistema Penal i els Drets Humans – Universitat de Barcelona, 2012 (Coleção Autores, Textos y Temas Ciencias Sociales, no 83).

PRADO, Alessandra; ROMÃO, Vinicius. Audiências de custódia no Brasil: a prática em debate. Salvador: Editora UFBA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35784>

RIOS, Raphaella Benetti da Cunha. O juiz e a execução penal: reflexões de uma magistrada. Curitiba: Bonijuris, 2019.

SANTOS, Claudio Camargo dos. Audiência de Custódia: ressignificando vidas sob as lentes da Justiça Restaurativa. Curitiba: Troth Editora, 2022.

SILVA NETO, Arthur Corrêa da. Tornozeleira Eletrônica: análise comparada (Brasil x EUA x Portugal) dos parâmetros e limites constitucionais da utilização da monitoração eletrônica. Curitiba: Juruá Editorial, 2021.

São Luís/MA, 13 de agosto de 2024.

Rayane de Sousa Lima

Chefe da Divisão de Projetos e Desenvolvimento Institucional da Esmam